

[106]

“Êxodo” dos que não foram

[Análise do território brasileiro mostra que redução da população rural é menor do que se imagina]

[No Censo, há residentes rurais que viram urbanos sem que se tenham mexido]

A quantas anda o famoso êxodo rural? Prossegue em sua “trajetória histórica evolutiva”, respondem os usuários mais apressados dos censos demográficos. Por indicarem que 81,2% da população residia em áreas urbanas em 2000, contra 75,6% em 1991, já há até quem profetize algo em torno de 90% em 2015. Um compasso que extingiria a população rural por volta de 2030. Acredite se quiser. Mas antes fique sabendo que leituras mais cuidadosas dos mesmos dados podem levar a conclusões bem diferentes.

O IBGE considera urbano qualquer domicílio que pertença a perímetro assim definido pela legislação municipal. O suficiente para que sejam inevitáveis dois tipos de embarços. O primeiro é que muitos residentes rurais viram urbanos sem que se tenham mexido. Basta que as Câmaras Municipais decidam redesenhar os perímetros urbanos, o que se tornou muito freqüente nas últimas décadas. Por razões fiscais, muitas preferiram inclusive declarar urbana a totalidade da área municipal. Felizmente, como a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (Pnad) só altera delimitações geográficas depois de cada censo, é possível revelar o tamanho dessa distorção pelo confronto dos Censos Demográficos de 1991 e de 2000 com as Pnads dos anos precedentes, 1990 e 1999. Foi o que levou o pesquisador Mauro Del Grossi, do Instituto Agrônomo do Paraná, a concluir que o êxodo rural é um fenômeno que hoje se restringe aos três estados sulinos e partes da região Sudeste. Mas não ao Estado de São Paulo, no qual a população rural vem se expandindo desde a década de 1980.

O segundo problema está na própria adoção de perímetros municipais como linhas fronteiriças entre os espaços urbano e rural. Além do Brasil, só quatro países procedem dessa forma: Equador, Guatemala, El Salvador e República Dominicana. Os demais consideram rural toda localidade com população rarefeita, sem exclusão dos habitantes que residem em seu centro. E quem conhece algum dos milhares de municípios brasileiros com pequena população e baixa densidade demográfica sabe muito bem que suas povoações centrais não podem ser consideradas urbanas, e muito menos “cidades”. Ali há completa osmose entre residência na sede municipal e trabalho no campo, ou vice-versa. Urbanos de fato são municípios de regiões metropolitanas e de outras aglomerações, ou aqueles que funcionam como centros gravitacionais de regiões formadas por dezenas de municípios rurais. E também há uma categoria intermediária - “rurbana” - formada por municípios que não são nem uma coisa nem outra. É muito significativo que tal neologismo tenha sido criado por Gilberto Freyre, pois quase todos

os municípios da Zona da Mata nordestina são desse tipo.

Uma análise supra-municipal do território brasileiro mostra que continua a redução relativa da população rural, mas em proporção bem inferior à que se imagina. Muitos municípios rurais perdem população, certamente por lhes faltar a capacidade de garantir condições de trabalho, serviços públicos razoáveis e sobretudo ensino médio. Mas também há muitos municípios rurais nos quais a expansão populacional é superior à das vilas rurbanas, dos centros e aglomerações urbanos, e inclusive das regiões metropolitanas, como destacou o artigo “O campo e o censo” (**Estado**, 28/2).

Entre 1996 e 2000, a emigração rural brasileira pode ter se aproximado de 2,8 milhões de habitantes. Chega-se a esse número calculando os acréscimos que teriam ocorrido em municípios com queda ou com modesto aumento populacional, caso eles houvessem acompanhado o ritmo do País. Mas isso foi parcialmente compensado em outros municípios rurais, nos quais o crescimento demográfico foi o dobro do brasileiro, o que significou a atração de mais de 1,3 milhão de habitantes. Ou seja, nesses quatro anos o Brasil rural teve uma redução líquida de 1,5 milhão de pessoas, sobre um total superior a 52 milhões. Menos de 3% em quatro anos. O ritmo nordestino foi ainda menor, como mostra a tabela. No quadriênio, saíram do Nordeste rural cerca de 440 mil pessoas, de um total próximo a 20 milhões. Pouco mais de 2% em quatro anos. E, mesmo na Bahia, o estado da região no qual o processo foi mais intenso, a perda líquida de quase 180 mil pessoas não chegou a 3% da população rural. Será que isso deve ser mesmo chamado de “êxodo” ?

EVOLUÇÃO TERRITORIAL DO NORDESTE, 1996-2000

Espaço	Municípios	População (milhões)		Variação 1996-2000	
		Número	1996	2000	(milhões)
Rural em queda	422	5,4	5,0	- 0,4	- 7
Rural letárgico	492	7,0	7,3	0,2	4
Rural atraente	564	7,5	8,5	1,0	13
Rural (total)	1 478	19,9	20,7	0,9	4
Rurbano	209	7,1	7,5	0,4	6
Urbano	100	17,9	19,5	1,6	9
Nordeste total	1 787	44,8	47,7	2,9	6